



CONGRESSO NACIONAL

PLANO PLURIANUAL 2000 - 2003

Anexo I

(Diretrizes Estratégicas
e
Macroobjetivos)

DIRETRIZES ESTRATÉGICAS

1. CONSOLIDAR A ESTABILIDADE ECONÔMICA COM CRESCIMENTO SUSTENTADO

A economia brasileira se defronta com um novo padrão de desenvolvimento, baseado no aumento da competitividade sistêmica da economia e das empresas através da modernização do seu parque produtivo, e na integração mais equilibrada com o mercado externo, mediante a ampliação das exportações e dos investimentos produtivos. Para criar as condições macroeconômicas necessárias, é preciso consolidar o processo de estabilização econômica. O saneamento patrimonial e financeiro do setor público é fundamental para a consolidação deste processo e persistirá até a plena recuperação da sua capacidade de investimento nas áreas consideradas prioritárias.

2. PROMOVER O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL VOLTADO PARA A GERAÇÃO DE EMPREGOS E OPORTUNIDADES DE RENDA

A adoção de um novo modelo de desenvolvimento para o País, em bases sustentáveis, requer uma revisão do papel do Estado. Este deve fortalecer-se como indutor do crescimento e regulador de atividades, sobretudo, as transferidas ao setor privado. Neste modelo, a atuação em parceria com iniciativa privada e outros setores da sociedade amplia as oportunidades de investimento e de emprego para o País. A promoção do desenvolvimento abrange, além das dimensões consagradas da produção de bens e serviços, que deverão continuar elevando seus níveis de competitividade, setores cuja importância é crescente: turismo e cultura, pelo grande potencial de geração de emprego e renda; ensino e qualificação profissional, cuja integração é vital para debelar as desigualdades sociais e ampliar as oportunidades pessoais, num mundo onde as transformações ocorrem rapidamente; e agronegócio, cujo potencial exportador é enorme.

3. COMBATER A POBREZA E PROMOVER A CIDADANIA E A INCLUSÃO SOCIAL

Para ser eficaz no ritmo e na abrangência que a sociedade exige, o combate à pobreza e à desigualdade exige um Estado ágil, capaz de conceber, implementar e financiar políticas públicas e, sobretudo, mobilizar a sociedade.

4. CONSOLIDAR A DEMOCRACIA E A DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS

O fortalecimento da sociedade civil é um instrumento imprescindível para a conquista do progresso social. O novo padrão de relacionamento entre Estado e sociedade impõe a participação, a formação de parcerias e o senso de responsabilidade social. O que se propõe é nada menos do que radicalizar a democracia. Em lugar da ilusão do Estado como único

provedor do bem-estar, o fortalecimento da democracia abre as portas à participação coletiva na construção da sociedade do bem-estar.

5. REDUZIR AS DESIGUALDADES INTER-REGIONAIS

A preocupação em reduzir as desigualdades regionais está presente em toda a estratégia do Governo para os próximos anos, na medida em que o desenvolvimento sustentável exige o crescimento integrado de todas as regiões, sendo para isso necessário que a distribuição regional dos recursos seja diretamente proporcional ao grau de carência de cada um dessas regiões. Daí, a criação de um portfólio de investimentos públicos e privados dentro dos Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento, muitos dos quais estão contemplados nos programas existentes no Plano Plurianual.

6. PROMOVER OS DIREITOS DE MINORIAS VÍTIMAS DE PRECONCEITO E DISCRIMINAÇÃO

A defesa dos direitos humanos e, particularmente, das minorias vítimas de preconceito e discriminação é peça fundamental dentro da estratégia de ação do Governo nos próximos quatro anos. Fortalecer a cidadania implica mais progresso social, imprescindível para a consolidação da democracia no País. O Governo vai trabalhar para promover a cultura, proteger a mulher e a criança contra a violência doméstica e sexual e garantir os direitos das populações negras e indígenas.

MACROOBJETIVOS

1) CRIAR UM AMBIENTE MACROECONÔMICO FAVORÁVEL AO CRESCIMENTO SUSTENTADO

As perspectivas da política econômica deverão estar cada vez mais ligadas à consolidação do novo padrão de crescimento, com ênfase no aumento da produtividade, das exportações e do investimento. Com as reformas da ordem econômica, o Governo abriu espaço ao capital privado na modernização da infra-estrutura básica do País. São essenciais, nessa nova etapa, as ações de regulação e fiscalização da participação privada, de modo a garantir o atendimento das demandas do consumidor e assegurar as condições de competitividade do setor produtivo. O Governo buscará:

- Simplificar o sistema tributário e desonerar a produção, o investimento e a exportação.
- Criar condições para que o sistema de crédito se oriente para operações de longo prazo com vistas à reestruturação produtiva, crescimento das exportações e do investimento.
- Reforçar a regulação e fiscalização da atuação privada e dar continuidade ao programa de privatização.

2) SANEAR AS FINANÇAS PÚBLICAS

É compromisso do Governo estabilizar, ao longo dos próximos anos, o montante da dívida pública medido como percentual do PIB. As ações integradas para este fim envolvem a redução dos desequilíbrios estruturais entre fluxos de receita e despesa não financeira, a aceleração da desestatização e da concessão e a modernização das atividades de arrecadação, fiscalização e controle, associadas a um quadro de redução da taxa de juros e de retomada do crescimento econômico sustentado. Serão prioridades:

- Melhorar a qualidade do gasto público mediante o aperfeiçoamento do Sistema de Planejamento, Orçamento, Finanças e Controle.
- Reduzir os *déficits* orçamentários do setor público nas três esferas de governo.
- Aperfeiçoar o Sistema Previdenciário e reduzir o seu *déficit* nas três esferas de governo.

3) ELEVAR O NÍVEL EDUCACIONAL DA POPULAÇÃO E AMPLIAR A CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL

A educação e a qualificação profissional tornaram-se fundamentais para a redução das desigualdades sociais e o aumento da competitividade da economia nacional. Face a expansão crescente do conhecimento e da inovação presentes na produção de bens e serviços, cada vez mais se torna imprescindível profissionais de maior nível educacional, capacitados de forma permanente para atender às transformações e exigências do mercado de trabalho. A ação do Governo deverá ser orientada para:

- Promover a erradicação do analfabetismo.
- Concentrar os investimentos da educação para melhoria da qualidade do ensino.
- Melhorar a qualificação do magistério no ensino fundamental e médio.
- Garantir a expansão do ensino médio.
- Ampliar a oferta de cursos profissionalizantes adequados às exigências locais e regionais do mercado de trabalho estabelecendo parcerias entre os sistemas estaduais, municipais, federal e da iniciativa privada.
- Melhorar a qualidade do ensino universitário em sintonia com a demanda de profissionais e com as necessidades de desenvolvimento científico e tecnológico.

4) ATINGIR US\$ 100 BILHÕES DE EXPORTAÇÃO ATÉ 2002

A participação brasileira nas exportações mundiais tem sido inferior ao seu potencial. Um dos principais trunfos da economia brasileira é o porte de seu mercado interno, o que permite ao setor produtivo obter ganhos de escala. Exportar mais não significa apenas a geração de divisas. Significa criar também novas oportunidades de trabalho no País, além de ganhos para as empresas. O Governo buscará:

- Criar condições para que o sistema de crédito se oriente para a produção e comercialização de produtos destinados à exportação, bem como para a produção de insumos destinados a artigos exportáveis.
- Ampliar as exportações de produtos de maior valor agregado.
- Apoiar as pequenas e médias empresas na logística e comercialização de produtos para exportação.

5) AUMENTAR A COMPETITIVIDADE DO AGRONEGÓCIO

A reestruturação experimentada pelo setor agropecuário nos últimos anos, com aumento de produtividade em muitas culturas, além dos investimentos em infra-estrutura, principalmente transporte, tem elevado a competitividade das exportações agrícolas brasileiras. É preciso aprofundar esse processo, por meio de uma atuação conjunta do Governo e da iniciativa privada, que fortaleça as cadeias produtivas e modernize os instrumentos de apoio à incorporação de inovações tecnológicas, à produção e à comercialização de produtos agropecuários. A ênfase das ações governamentais deve recair no aperfeiçoamento dos mecanismos de regulação, da inovação tecnológica orientada pela demanda empresarial e do financiamento adequado às regras do agronegócio:

- Implantar e disseminar novos instrumentos financeiros de mercado, em apoio à produção e à comercialização, que reduzam os riscos dos produtores, sem requerer aporte de recursos fiscais.
- Apoiar a modernização tecnológica da agropecuária, em articulação com o setor produtivo e a agroindústria, visando a competitividade das cadeias produtivas.
- Melhorar o sistema de controle sanitário da agropecuária, com foco nos principais vetores responsáveis pela queda de rentabilidade do setor.
-

6) DESENVOLVER A INDÚSTRIA DO TURISMO

Por sua reconhecida capacidade de geração de empregos e divisas, assim como de atração de investimentos, o Governo deverá intensificar as ações no setor de turismo, em especial nas regiões com maior potencial e carentes de emprego e renda, buscando:

- Promover, junto aos Estados, Municípios e setor privado, a concepção de novos produtos e a melhoria da qualidade do serviço.
- Aumentar as opções de acesso ao território.
- Promover a qualificação profissional no setor de turismo.

7) DESENVOLVER A INDÚSTRIA CULTURAL

A indústria da cultura é uma atividade econômica em expansão no Brasil. A riqueza e a diversidade do patrimônio cultural são a garantia do potencial de negócios e empregos que o setor deverá gerar nos próximos anos. Para melhor aproveitamento desta oportunidade, torna-se fundamental integrar as ações de turismo, cultura e divulgação da imagem do País, visando conferir sustentabilidade à produção e uso dos bens e serviços culturais. O Governo deverá:

- Estimular o turismo cultural para melhoria e sustentabilidade do patrimônio histórico e valorização do artesanato.
- Estimular a indústria audiovisual e editorial.

8) PROMOVER A MODERNIZAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA E A MELHORIA DOS SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES, ENERGIA E TRANSPORTES

A forte recuperação dos investimentos em infra-estrutura, com a crescente participação da iniciativa privada, é um dos pilares que devem sustentar a expansão da economia nos próximos anos. Estes investimentos não apenas eliminam obstáculos ao dinamismo e à competitividade do sistema produtivo, mas representam também um passo decisivo rumo à modernização e à universalização dos serviços públicos básicos. O principal desafio associado à modernização da infra-estrutura é reconstruir a geografia econômica do País, viabilizando uma distribuição mais eqüitativa das oportunidades das regiões na atração dos investimentos produtivos. Serão prioridades nessa área:

- Estimular a navegação de cabotagem e acelerar a modernização institucional do sistema portuário, visando aumentar a competitividade nacional.
- Aumentar a participação do gás natural na matriz energética.
- Explorar o potencial multimodal nos investimentos em transporte.
- Explorar o potencial do transporte hidroviário do País na matriz multimodal.
- Melhorar a qualidade dos serviços de energia, transporte e telecomunicações.
- Prosseguir a estruturação dos Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento.

9) PROMOVER A REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA COM VISTAS A ESTIMULAR A COMPETIÇÃO NO MERCADO INTERNO

A consolidação do novo modelo de desenvolvimento passa pelo aprofundamento da reestruturação produtiva. O desafio é realizá-la através do aumento da competitividade baseado na melhoria da qualidade, produtividade e capacidade de inovação. É essencial atrair e promover investimentos competitivos para o adensamento da cadeia produtiva. Novas oportunidades e formas de financiamento são indispensáveis à implantação ou expansão de plantas industriais que permitam um aumento do valor agregado dos produtos e serviços. Paralelamente, é decisivo o aumento dos investimentos em inovação por parte das empresas, de forma articulada com os investimentos públicos em informação e conhecimento. A ação do Governo será orientada no sentido de:

- Estruturar suporte financeiro e estimular iniciativas destinadas à assistência técnica e serviços tecnológicos às micro, pequenas e médias empresas, tendo em vista o aumento dos seus níveis de qualidade e produtividade.
- Apoiar a reestruturação produtiva dos setores mais afetados pela abertura comercial.
- Apoiar as estratégias empresariais de aumento do valor agregado (inovação tecnológica e gerencial, *design* e marcas, alianças estratégicas para produção e comercialização, aperfeiçoamento de sistemas logísticos, gestão ambiental e desenvolvimento do capital intelectual).
- Fortalecer as iniciativas voltadas para melhoria da qualidade dos produtos e serviços produzidos no País nos setores potencialmente exportadores, agronegócios, turismo e construção civil.
- Consolidar o Sistema Nacional de Defesa do Consumidor, continuando a respaldar a criação de PROCON municipais e entidades civis de consumidores.

10) AMPLIAR O ACESSO AOS POSTOS DE TRABALHO E MELHORAR A QUALIDADE DO EMPREGO

A intensificação do deslocamento da mão-de-obra entre os setores, ocupações e regiões do País exige do Governo foco nas ações que favorecem o acesso do trabalhador a novos e melhores postos de trabalho, de modo a:

- Articular e adequar as ações de qualificação, requalificação, concessão de seguro-desemprego, intermediação de mão-de-obra e microcrédito às exigências locais e regionais do mercado de trabalho, mediante a parceria com empregadores, trabalhadores e sindicatos.
- Criar mecanismos que favoreçam a negociação nas relações de trabalho com vistas à ampliação das contratações no mercado formal de trabalho.
- Ampliar as ações voltadas para melhoria das condições de saúde e segurança do trabalhador no ambiente de trabalho.

11) MELHORAR A GESTÃO AMBIENTAL

O uso adequado dos recursos naturais constitui parte essencial do processo de geração de riqueza e da conservação do patrimônio natural do País. Devido à sua extensão territorial e à sua diversidade ambiental, econômica e social, o Brasil necessita de uma gestão ambiental descentralizada, com a participação efetiva dos Estados e co-responsabilidade das empresas. Ao Governo Federal cabe o papel central de estabelecer normas gerais, coordenar as ações de âmbito nacional e buscar o compromisso da iniciativa privada para:

- Estimular o desenvolvimento da gestão ambiental nas empresas, incentivando a certificação de acordo com as normas ISO 14000.
- Estimular a recomposição florestal, assim como assegurar a gestão da cobertura florestal dos recursos pesqueiros.
- Regularizar e melhorar a gestão das áreas protegidas.
- Concluir a descentralização da gestão ambiental para os Estados, reduzir o tempo de expedição do licenciamento e estimular a melhoria da qualidade dos projetos de investimento quanto ao impacto ambiental.
- Implementar a Lei de Águas e promover a gestão integrada das bacias hidrográficas.

12) AMPLIAR A CAPACIDADE DE INOVAÇÃO

A inovação de processos, produtos e serviços é fator determinante para a competitividade das empresas e aumento das exportações. Contém a solução de questões fundamentais relacionadas à saúde, educação, energia e ao meio ambiente. É necessário, portanto, superar a precária capacidade do País em transformar os resultados da pesquisa e a competência tecnológica em inovações e vantagens competitivas. Isto implica em desenhar uma estratégia nacional de desenvolvimento científico e tecnológico efetivamente articulada às estratégias privadas de desenvolvimento industrial. Trata-se de alocar os investimentos segundo critérios de uma política de inovação para solução dos problemas mais emergenciais da sociedade, colocando o capital científico e tecnológico do País a serviço do aumento da competitividade das empresas e das necessidades dos mercados e da redução de desigualdades regionais e solução dos problemas sociais (combate à fome e à pobreza, erradicação de moléstias, etc). Para isso, buscar-se-á:

- Estimular a expansão das atividades empresariais em Pesquisa e Desenvolvimento, em articulação com órgãos públicos de apoio ao setor, universidades e laboratórios.
- Desenvolver e difundir novas aplicações das redes de alta velocidade e capacitar recursos humanos para este fim.
- Orientar o modelo de gestão das instituições de pesquisa e desenvolvimento e das universidades para melhorar o desempenho quanto ao atendimento da demanda tecnológica.
- Intensificar o esforço de formação e especialização nas áreas de engenharia.

- Ampliar os sistemas de certificação da qualidade de produtos, serviços, profissionais e sistemas de gestão, com o objetivo de assegurar os direitos dos consumidores.

13) FORTALECER A PARTICIPAÇÃO DO PAÍS NAS RELAÇÕES ECONÔMICAS INTERNACIONAIS

Face ao ambiente de globalização, com seus desafios e oportunidades, é indispensável fortalecer a posição do País na economia internacional, contando com a integração regional como parte essencial de sua inserção competitiva nesse novo cenário, de forma a:

- Consolidar o Mercosul e promover a integração com os demais países da América do Sul.
- Defender uma ordem econômica estável através da criação de mecanismos multilaterais de atenuação de turbulências nos mercados financeiros mundiais.
- Intensificar os esforços no sentido de reduzir as barreiras à exportação de bens e serviços produzidos no País.

14) OFERTAR ESCOLA DE QUALIDADE PARA TODOS

Uma sociedade democrática e avançada não pode consolidar-se sem um ensino fundamental de qualidade que atinja todas as crianças em idade escolar. Sem exceção, os países que efetivamente democratizaram o ensino em tempo relativamente breve, contaram com o intenso envolvimento da comunidade na melhoria da qualidade do ensino. O Governo, nesse campo, estará orientado para:

- Garantir uma escola de qualidade para todas as crianças de sete a quatorze anos.
- Intensificar as ações de valorização do magistério.
- Assegurar a participação da comunidade na gestão das escolas.
- Valorizar o Sistema de Avaliação do Ensino Básico, definindo critérios para alocação de recursos aos Estados e Municípios com base em indicadores de qualidade e de rendimento escolar.
- Combater a repetência e a evasão e corrigir a distorção idade-série.
- Ajustar a complementação da União aos Fundos de Manutenção do Ensino e Valorização do Magistério, no âmbito dos estados, de modo a garantir um valor por aluno correspondente a um padrão mínimo de qualidade de ensino definido nacionalmente.

15) ASSEGURAR O ACESSO E A HUMANIZAÇÃO DO ATENDIMENTO NA SAÚDE

É indispensável uma política de saúde orientada para a solução dos problemas gerados pela urbanização acelerada, pelo envelhecimento da população e por doenças emergentes e reemergentes. A ênfase deve ser nas ações de prevenção, na universalização do atendimento e na qualidade dos serviços. A política do Governo será:-

- Intensificar as ações de prevenção de doenças e de promoção da saúde, com ênfase no atendimento básico, mediante a expansão das ações voltadas à saúde da família.
- Promover a saúde da mulher.

- Transformar a gestão dos serviços de saúde.
- Exercer a vigilância em saúde de forma plena (vigilância sanitária, vigilância epidemiológica e vigilância ambiental), antecipando o recrudescimento de doenças e detectando alterações em perfis epidemiológicos.
- Consolidar a descentralização dos serviços e ações de saúde.

16) COMBATER A FOME

Além das ações gerais de combate à pobreza, o Governo deve concentrar ações emergenciais nos focos agudos de fome e miséria da população, além de ampliar o combate à desnutrição infantil, buscando:

- Erradicar a desnutrição em menores de dois anos, por meio de medidas de alimentação associadas às ações básicas de saúde.
- Distribuir cestas básicas em focos agudos de fome, em parceria com Estados e Municípios, preferencialmente com produtos de origem local.
- Promover a orientação alimentar, nos programas governamentais de saúde e educação.

17) REDUZIR A MORTALIDADE INFANTIL

É preciso ampliar os esforços já realizados para continuar reduzindo a mortalidade infantil, tanto em seus componentes diretamente relacionados com a atenção à gravidez, ao parto e ao recém-nascido, como naqueles mais dependentes de medidas preventivas (aleitamento, vacinação, combate à desnutrição, educação em saúde) e de mais acesso ao saneamento e a outros equipamentos urbanos básicos. Serão prioridades:

- Ampliar e melhorar a qualidade da assistência perinatal (ao pré-natal, ao parto e ao recém-nascido).
- Intensificar as ações de promoção do aleitamento materno.
- Intensificar as ações de vacinação.
- Combater as carências nutricionais específicas.

18) ERRADICAR O TRABALHO INFANTIL DEGRADANTE E PROTEGER O TRABALHADOR ADOLESCENTE

O Governo deverá garantir a proteção necessária ao adolescente trabalhador, erradicar o trabalho infantil degradante e as atividades ilegais, envolvendo crianças e adolescentes, por meio de ações integradas nas áreas de educação, saúde, trabalho, justiça, assistência social e esportes. Os esforços serão direcionados para:

- Ampliar o número de bolsas-escola e garantir a jornada escolar ampliada para as crianças retiradas do trabalho.
- Intensificar a fiscalização em parceria com Estados e Municípios.

19) ASSEGURAR OS SERVIÇOS DE PROTEÇÃO À POPULAÇÃO MAIS VULNERÁVEL À EXCLUSÃO SOCIAL

É essencial assegurar um sistema de proteção social, a partir de múltiplos instrumentos, aos extratos sociais mais sujeitos ao alijamento do exercício da cidadania e do atendimento adequado pelos órgãos públicos. A estratégia é reforçar a seletividade, o foco e o gerenciamento dos

programas para permitir maior efetividade das ações do Governo Federal e das parcerias com Estados. Municípios e setores não-governamentais. Para isso, será necessário:

- Descentralizar os programas de renda mínima e envolver as organizações locais na sua implantação.
- Intensificar a fiscalização e melhorar a gestão dos programas assistenciais para melhorar sua cobertura.
- Apoiar iniciativas não-governamentais na prestação de serviços assistenciais e de proteção jurídica e social aos meninos de rua nos grandes centros urbanos.
- Estimular as ações de saúde do idoso.
- Apoiar iniciativas de geração de emprego e renda para pessoas portadoras de deficiência.
- Apoiar o atendimento de crianças de até seis anos para a população de menor renda em parceria com Estados e Municípios.
- Promover a criação e o desenvolvimento de cooperativas populares.

20) PROMOVER O DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DO CAMPO

O Governo promoverá, com a participação das comunidades e do poder público local, a valorização do pequeno produtor rural por meio do desenvolvimento local integrado. Significa integrar ações de reestruturação fundiária, promoção da agricultura familiar, assistência técnica, infraestrutura física e acesso aos serviços sociais básicos, para proporcionar condições de competição no mercado e melhorar a qualidade de vida do campo. A estratégia será:

- Viabilizar o agronegócio familiar mediante o desenvolvimento local integrado.
- Dar continuidade à reforma agrária com o desenvolvimento de novos modelos de reestruturação fundiária.
- Promover a emancipação dos assentamentos rurais.
- Apoiar a pequena agroindústria com treinamento, qualificação e incentivo à sua inserção na cadeia produtiva, para ampliar a competitividade da agricultura familiar no agronegócio.
- Propiciar suporte financeiro aos municípios para implantação, melhoria ou conservação da infra-estrutura viária para facilitar o acesso e o escoamento da produção.

21) MELHORAR A QUALIDADE DE VIDA NAS AGLOMERAÇÕES URBANAS E REGIÕES METROPOLITANAS

A melhoria da qualidade de vida urbana requer ações conjugadas dos três níveis de governo, a participação da sociedade e a gestão integrada nas áreas de transporte e trânsito, saneamento ambiental, habitação e violência urbana. O Governo buscará:

- Fortalecer a articulação entre União, Estados e Municípios na gestão do desenvolvimento urbano, em especial nas áreas metropolitanas.
- Condicionar o aporte de recursos federais para investimentos em infraestrutura urbana ao atendimento à população de baixa renda e a padrões adequados de desempenho gerencial.

- Incentivar o desenvolvimento de novos mecanismos de suporte financeiro ao desenvolvimento urbano, em parceria com o setor privado, e aperfeiçoar os instrumentos fiscais e financeiros nos três níveis de Governo.

22) AMPLIAR A OFERTA DE HABITAÇÕES E ESTIMULAR A MELHORIA DAS MORADIAS EXISTENTES

O aumento da oferta de habitações requer a conjugação de recursos das três esferas do setor público e ampliação do financiamento pelo setor privado. É crucial avançar na melhoria da qualidade, aumento da produtividade e capacidade de inovação da construção civil. As prioridades serão:

- Direcionar os recursos geridos pelo poder público, priorizando os recursos fiscais para famílias de baixa renda, visando o atendimento da população com renda até três salários mínimos.
- Incentivar a redução dos custos e a melhoria da qualidade da moradia.
- Estimular formas de financiamento que permitam a retomada do investimento privado no setor habitacional.

23) AMPLIAR OS SERVIÇOS DE SANEAMENTO BÁSICO E DE SANEAMENTO AMBIENTAL DAS CIDADES

O Governo deverá perseguir a universalização dos serviços de saneamento, entendidos como o atendimento à demanda essencial, à obediência a padrões de qualidade compatíveis com a manutenção da saúde pública, a preservação do meio ambiente e os direitos dos consumidores. Para isso, deverá:

- Apoiar Estados e Municípios na instituição de estruturas de regulação e fiscalização, incluindo agências reguladoras.
- Apoiar as iniciativas de Estados e Municípios na concessão ou parceria com o setor privado, condicionando o financiamento ao aumento da cobertura e à melhoria da qualidade dos serviços.
- Ampliar os financiamentos para abastecimento de água, coleta e tratamento de esgotos e de resíduos sólidos urbanos, direcionando os recursos fiscais para o atendimento às populações de baixa renda.
- Fortalecer o controle ambiental nas grandes cidades.

24) MELHORAR A QUALIDADE DO TRANSPORTE E DO TRÂNSITO URBANOS

É necessário atender às necessidades de deslocamento da população, mediante ações integradas que aumentem a qualidade dos serviços de transporte e reduzam os custos econômicos de deslocamento. O Governo deverá:

- Dar prioridade ao financiamento para melhoria do sistema de transporte coletivo destinado à população de baixa renda.
- Articular os três níveis de Governo no equacionamento e na integração do transporte urbano nas áreas metropolitanas.

25) PROMOVER A CULTURA PARA FORTALECER A CIDADANIA

A cultura representa um poderoso instrumento de integração, que contribui para a difusão dos valores da tolerância, da igualdade e da solidariedade, todos construídos na força da identidade de pertencer a cultura local, regional e nacional. A orientação do Governo será:

- Promover a circulação de espetáculos, mostras e eventos, por todo o País, relacionados com as expressões culturais étnicas e regionais.
- Expandir o número de bibliotecas públicas.
- Dar prosseguimento às ações de recuperação dos museus nacionais, bem como à sua inclusão no circuito das grandes mostras internacionais, e incentivar as atividades museológicas, sobretudo nas instituições mantidas pela União.
- Apoiar a formação, em Estados e Municípios, de grupos artísticos relacionados à música (bandas e orquestras sinfônicas) e artes cênicas.

26) PROMOVER A GARANTIA DOS DIREITOS HUMANOS

A defesa incondicional dos direitos humanos assume importância decisiva na formação da cidadania, face ao histórico de desigualdades e violência contra os segmentos menos protegidos. Esta é uma tarefa do Estado, que somente terá êxito na medida em que se possa compartilhá-la com a sociedade. Serão prioridades:

- Expandir as ações de proteção à mulher e à criança contra a violência doméstica e sexual.
- Ampliar as iniciativas de proteção aos direitos da população negra.
- Garantir os direitos coletivos das populações indígenas, sua integridade territorial e cultural.
- Garantir o acesso gratuito ao Registro Civil.

27) GARANTIR A DEFESA NACIONAL COMO FATOR DE CONSOLIDAÇÃO DA DEMOCRACIA E DO DESENVOLVIMENTO

O Brasil se situa numa das regiões mais desarmadas do mundo, em grande parte graças à relação de confiança com seus vizinhos. Contudo as grandes dimensões do território e seu imenso patrimônio de recursos naturais ainda inexplorados recomendam que o País conte com forças suficientemente preparadas para gerar a dissuasão eficaz. Buscar-se-á:

- Manter o poder de dissuasão das Forças Armadas, baseado principalmente na qualidade de seus recursos humanos e no desenvolvimento tecnológico como principal vetor de modernidade.
- Otimizar o Sistema de Defesa Nacional, mediante o emprego combinado dos meios das três forças singulares.
- Dar ênfase às atividades de defesa na Amazônia, ampliando e consolidando a presença do Estado, intensificando a vigilância e ajudando, nas fronteiras mais remotas, a integrar a população civil à cidadania e, por extensão, à defesa nacional.

28) MOBILIZAR GOVERNO E SOCIEDADE PARA A REDUÇÃO DA VIOLÊNCIA

Para que a segurança pública cumpra com a finalidade de garantir a defesa da pessoa, é indispensável a combinação da modernização e qualificação das forças policiais, com a participação da comunidade. Mais do que ações emergenciais, de efeito necessariamente transitório, a melhoria da segurança requer um trabalho persistente de fortalecimento e de melhor articulação dos órgãos e autoridades em todos os níveis, orientado para:

- Intensificar a luta contra o crime organizado, em particular o narcotráfico.
- Desenvolver iniciativas de atenção e proteção a jovens em situação de risco.
- Qualificar o policial e melhorar a sua imagem perante à comunidade.
- Modernizar a gestão do sistema carcerário.

AGENDAS

Agenda dos Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento

A transformação da geografia socioeconômica brasileira e o fortalecimento do pacto federativo são os principais desafios do País. O papel do Governo Federal é construir uma nova geografia apoiado em dois pilares: uma repartição mais equitativa da geração e distribuição da riqueza entre as regiões e a integração das regiões para fazer de sua complementaridade a plataforma eficiente e competitiva para inserção econômica internacional do País.

A opção pela prioridade aos investimentos em infra-estrutura econômica, informação e conhecimento, desenvolvimento social e meio ambiente, realizados de modo integrado, segundo a lógica dos Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento, decorrem da percepção de que estes representam o principal instrumento de dinamização das economias regionais e constituem a principal carência da atual política regional.

O esforço de investimento para o desenvolvimento regional não é mais uma tarefa exclusiva do Governo Federal. Repousa sobre um arranjo de parcerias público-privadas com a participação de todas as esferas de Governo. A realização destes investimentos irradia externalidades favoráveis à atração de empreendimentos produtivos.

Diretrizes

Orientar as ações dos programas e a sua regionalização de acordo com as diretrizes nacionais e regionais previstas nesta Agenda.

- **Complementaridade regional:** Orientar os investimentos básicos para o desenvolvimento, visando a integração nacional, mediante a redução das disparidades regionais, à complementaridade das regiões e à integração internacional da economia brasileira.
- **Desconcentração:** Orientar os investimentos com vistas à desconcentração, viabilizando novos espaços econômicos, novos negócios e oportunidades de trabalho.
- **Participação privada:** Dar prioridade aos investimentos de maior potencial de participação privada.
- **Relações internacionais:** Alocar os investimentos em infra-estrutura econômica para fortalecer o caráter multilateral das relações internacionais do País com a América Latina, em especial com os países do Mercosul.
- **Fortalecimento institucional:** Rever o quadro institucional e os instrumentos de financiamento ao desenvolvimento regional, adequando-os à nova lógica do desenvolvimento, fortemente influenciada pela abertura dos mercados.
- **Desenvolvimento local integrado:** Adotar, tendo como referência os Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento, iniciativas de desenvolvimento local integrado mediante a inovação gerencial para execução integrada das ações.

- **Setor de serviços:** Explorar o potencial gerador de negócios no setor de serviços nos diferentes espaços para assegurar o desenvolvimento regional mais equilibrado face ao papel estratégico que este segmento deverá desempenhar nos próximos anos.
- **Infra-estrutura integrada:** Articular e integrar os investimentos em infra-estrutura econômica (transporte, telecomunicações, energia) e explorar as possibilidades de integração sinérgica destes com as redes de infra-estrutura social e recursos hídricos.

Agenda de Gestão do Estado

Se é verdadeiro que se está formando no Brasil uma nova sociedade, é também verdadeiro que essa nova sociedade requer um novo Estado e uma nova democracia. Pelo menos por dois motivos essenciais, o aprofundamento da reforma do Estado é indispensável à construção de uma sociedade mais democrática, participativa e eficiente economicamente. Por um lado, a forma como ainda funciona inibe a democratização das relações entre o Estado e a sociedade. Por outro lado, há o fato de que, na nova divisão de trabalho entre o poder público e a sociedade, o Estado terá responsabilidades ainda maiores – e não menores –, embora diversas das tradicionais. Além de conservar suas atribuições intransferíveis no campo social, o setor público terá de apresentar padrões de desempenho compatíveis com as novas exigências da população e do setor produtivo que o sustenta e com o qual deverá formar parcerias. A reforma administrativa, em termos institucionais e jurídicos, está praticamente concluída. O grande desafio, contudo, será internalizá-la como uma agenda positiva de transformação da cultura burocrática, que ordena a atual administração pública federal em uma administração orientada por resultados demandados pelo cidadão. Resultados obtidos segundo um melhor equilíbrio entre custo, qualidade e prazo de atendimento. Para isso, é essencial que cada Ministério assuma os princípios da Reforma do Estado, adequando-os à especificidade das suas ações e definindo um conjunto de diretrizes e metas nas três vertentes que a constituem: profissionalização do serviço público; reorganização da Administração Federal; e, por fim, a melhoria da gestão.

Diretrizes

Incluir nos programas ações voltadas à implementação do novo modelo de gestão do Estado, observadas as diretrizes previstas nesta Agenda, com vistas à melhoria do desempenho do Governo.

- **Prioridade para o cidadão:** Orientar toda a gestão para o atendimento ao cliente-cidadão, isto é, subordinar os interesses internos ao interesse do usuário dos serviços prestados.
- **Desburocratização:** Eliminar procedimentos para diminuir a distância entre o início de qualquer atividade e os resultados que ela deve produzir.
- **Descentralização:** Descentralizar entre os diferentes níveis hierárquicos de uma mesma instância de Governo; descentralizar de uma esfera de Governo para outra, garantindo as condições necessárias para tanto; descentralizar do setor público para as organizações da sociedade.

- **Parcerias:** Buscar a formação de parcerias com o setor privado e as organizações sociais para ampliar a participação e os recursos como meios para atingir resultados.
- **Transparência:** Produzir, organizar, sistematizar e divulgar, de modo rotineiro, os atos, o uso de recursos e os resultados das ações do Governo.
- **Responsabilização:** Criar mecanismos de avaliação e responsabilização por resultados de acordo com os padrões de produtividade e qualidade.
- **Profissionalismo:** Adequar o perfil do quadro de servidores, mediante treinamento orientado para atingir metas de produtividade e qualidade no desenvolvimento dos programas.
- **Motivação:** Sensibilizar e mobilizar os servidores públicos para que se tornem agentes ativos da transformação da gestão do Estado.
- **Competição:** Criar mecanismos que permitam o uso de critérios de mercado e do conceito de cliente-fornecedor interno, na gestão dos programas, como forma de melhorar a qualidade do gasto e orientar a contratação de serviços externos.
- **Tecnologias da informação:** Avançar na assimilação das novas tecnologias da informação para o atendimento ao público, melhorar o desempenho gerencial dos programas e reduzir custos e tempo dos procedimentos.
- **Atendimento integrado ao cidadão:** Inventariar e disponibilizar os serviços de atendimento ao público de natureza administrativa, para disseminar, em parceria com os demais Ministérios e destes com as administrações estaduais, a implantação de sistemas de atendimento integrado ao cidadão.
- **Contabilidade gerencial:** Criar as condições para introduzir o conceito de centro de custos por programas, para fazer da redução de custos, sem prejuízo da qualidade, da eliminação de desperdícios e da garantia de que os recursos sejam dirigidos às atividades-fim, critérios, entre outros, de avaliação de desempenho.
- **Capacitação gerencial:** Estimular o aperfeiçoamento contínuo dos responsáveis pela realização das ações do Governo.

Agenda Ambiental

A incorporação da dimensão ambiental ao desenvolvimento econômico vai muito além da recuperação ou preservação dos recursos naturais. Degradação do meio ambiente implica não apenas escassez de recursos antes tidos como inesgotáveis, mas também aumento dos gastos públicos e dos custos das empresas e, notoriamente, piora a qualidade de vida da população. Áreas degradadas expulsam empresas e empregos. Nos próximos anos, o País deverá ser capaz de adotar estratégias de desenvolvimento sustentável.

É preciso traduzir o conceito de desenvolvimento sustentável em ações concretas. A questão do meio ambiente, sua preservação e conservação deve ser tratada como uma grande oportunidade de alavancar o desenvolvimento em áreas como o ecoturismo, manejo racional dos recursos florestais, biotecnologia, energia limpa, colaborando, assim, para o processo de

geração de riquezas e sobretudo, para a melhoria da qualidade de vida do cidadão.

O Governo, na área ambiental, deve concentrar seus esforços em: qualidade ambiental nas cidades, ecoeficiência no setor produtivo, gerenciamento dos recursos hídricos, florestas e biodiversidade.

Diretrizes

Incluir nos programas, observadas as diretrizes previstas nesta Agenda, ações que contribuam para a qualidade ambiental ou valorizem as oportunidades de negócios geradas pelo meio ambiente.

- **Gerenciamento costeiro.** Promover a gestão integrada dos ambientes costeiros e marítimos.
- **Potencial de negócios:** Gerar oportunidades de investimento a partir da biodiversidade, ecoturismo, energia limpa, recomposição e manejo sustentável de florestas.
- **Incentivos à conservação:** Introduzir instrumentos de estímulo à conservação ambiental e inserir a variável ambiental nas decisões das agências oficiais de crédito.
- **Educação ambiental:** Promover a educação ambiental, através de iniciativas que envolvam o Estado e a sociedade civil, com a qualificação de atores locais e do empresariado.
- **Certificação ambiental:** Promover o desenvolvimento da gestão ambiental nas empresas, incentivando a certificação, de acordo com as normas e padrões internacionais de qualidade (ISO 14000).
- **Zoneamento ecológico-econômico:** Apoiar o zoneamento ecológico-econômico nas áreas prioritárias para fins de ordenamento territorial.
- **Equipamentos e serviços:** Promover o desenvolvimento dos setores de equipamentos e serviços para a conservação do meio ambiente.
- **Projetos do setor público:** Melhorar a qualidade dos projetos do setor público em relação ao impacto destes sobre o meio ambiente.
- **Aglomerções urbanas:** Promover iniciativas que permitam enfrentar os desafios ambientais das aglomerações urbanas: poluição das águas, sonora e do ar, e o lixo.
- **Bacias hidrográficas:** Estimular o manejo integrado das bacias hidrográficas, com ênfase na proteção de mananciais, na regularidade do abastecimento das populações e na qualidade das águas.
- **Cooperação:** incentivar a cooperação público/privado e regional/internacional voltadas para conhecimento e disseminação de modelos de gestão e tecnologias produtivas sustentáveis.
- **Tecnologias limpas:** Adotar os processos tecnológicos, visando estimular as alternativas de produção redutoras de desperdícios, geradoras de produtos com ciclo de vida mais longo e de menor impacto sobre o meio ambiente.
- **Manejo de recursos naturais:** Desenvolver tecnologias voltadas para o manejo adequado dos recursos florestais, hídricos, minerais, marítimos e pesqueiros.

Agenda de Empregos e de Oportunidades de Renda

Mudanças no padrão mundial de produção e a sua influência no esforço de reestruturação das empresas em busca de maior competitividade vêm provocando transformações acentuadas no mercado de trabalho, implicando, por vezes, fortes desequilíbrios: entre o número de pessoas que buscam trabalho e as possibilidades reais de ocupação; e entre a qualificação dos que se oferecem para trabalhar e os requisitos que são exigidos para a ocupação dos novos empregos. Para a correção desses desequilíbrios, a atuação do Governo deve voltar-se para a adoção de políticas públicas que resultem tanto na geração de empregos, quanto na capacitação dos trabalhadores.

Diretrizes

Incluir nos programas, de acordo com as diretrizes previstas nesta Agenda, ações que promovam a geração de novas oportunidades de trabalho e a qualificação do trabalhador.

- **Setores intensivos em mão de obra:** Estimular investimentos em setores intensivos em mão-de-obra: infra-estrutura econômica (telecomunicações, energia e transporte), infra-estrutura urbana (saneamento e habitação), serviços, turismo, fruticultura, construção civil e indústria cultural.
- **Primeiro emprego:** Estimular, em parceria com a iniciativa privada, a criação de oportunidades para jovens em busca do primeiro emprego.
- **Integração das ações:** Integrar as ações de qualificação, requalificação, concessão de seguro desemprego, intermediação de mão de obra e microcrédito.
- **Empresas de base tecnológica:** Estimular micro e pequenas empresas intensivas em conhecimento e a criação de parques tecnológicos.
- **Capacitação gerencial:** Melhorar a capacitação gerencial para reduzir o grau de mortalidade das micro e pequenas empresas.
- **Serviços para o setor público:** Fortalecer o papel das micro e pequenas empresas na área de serviços, especialmente os prestados para o setor público.
- **Igualdade de oportunidades:** Defender igualdade de oportunidades de trabalho e proteção à mulher, negros e portadores de deficiência física.
- **Microcrédito:** Ampliar as iniciativas de microcrédito e integrá-las às ações de qualificação.
- **Saúde e segurança do trabalhador:** Ampliar e integrar as ações de educação, previdência, saúde e segurança do trabalho, com vistas à redução do número de acidentes e dos casos de doenças ocupacionais.
- **Qualificação permanente:** Incentivar as empresas do setor privado a promoverem a qualificação permanente dos trabalhadores.
- **Sistema "S":** Intensificar as parcerias com as organizações do Sistema "S", com vistas à melhoria da qualificação do trabalhador.

Agenda de Informação e Conhecimento

A sociedade desse final de século é uma sociedade da informação e do conhecimento, baseada em comunicação, informação e

inovação permanente, como fontes de desenvolvimento econômico e social. As regras desta sociedade estão sendo construídas num ambiente global, no qual o País deve exercer um papel à altura do seu projeto de desenvolvimento. A difusão acelerada de novas tecnologias, a mudança contínua nos processos produtivos, as tensões geradas no campo do emprego e a demanda crescente por capacitação das pessoas são desafios que tocam o conjunto da sociedade. O papel do Governo neste contexto não se restringe aos investimentos em ciência, tecnologia e educação. Exige uma mobilização ampla de todo o Governo articulado com a sociedade, para maximizar os benefícios proporcionados pela informação e conhecimento na solução dos problemas econômicos e sociais. Diante das ameaças e oportunidades decorrentes das transformações o caminho a seguir é o de acelerar as mudanças e preparar o País para conquistar os benefícios da sociedade da informação e conhecimento.

Diretrizes

Incluir, nos programas, ações que estimulem a capacitação dos recursos humanos, o desenvolvimento científico e tecnológico e o acesso à informação, com o objetivo de ampliar seus resultados econômicos e sociais.

- **Articulação:** Criar, no âmbito dos programas, possibilidades de articulação entre iniciativas de educação, capacitação profissional, desenvolvimento científico e tecnológico e difusão de informações.
- **Cultura da inovação:** Desenvolver a cultura da inovação, no sentido de produzir, assimilar e explorar com sucesso as conquistas tecnológicas em todos os domínios, econômico, social, ambiental, buscando nas soluções inéditas o enfrentamento das enormes carências da sociedade.
- **Educação para a C&T:** Estimular a educação para a ciência e tecnologia nos níveis fundamental e médio e a capacitação de graduandos por meio de programas de iniciação científica no ensino superior, a criação de materiais didáticos e o treinamento para difusão da cultura de inovação.
- **Internet II:** Integrar as ações do setor produtivo, das entidades de ciência e tecnologia e educação para desenvolver aplicações e capacitar recursos humanos para o uso das redes de alta velocidade (Internet II), difundindo o conceito de sociedade da informação.
- **Desconcentração da P&D:** Expandir os investimentos em pesquisa e desenvolvimento, tendo em conta a necessidade de um equilíbrio regional maior da rede de infra-estrutura de pesquisa do País.
- **Mestrados profissionais:** Ampliar a oferta de mestrados profissionais em áreas relevantes para o desenvolvimento econômico e social.
- **Pesquisa na Amazônia:** Ampliar as atividades de pesquisa e fortalecer os centros de excelência na Amazônia, com ênfase na biodiversidade.
- **Desemprego intelectual:** Gerar programas mobilizadores de interesse nacional que absorvam os quadros qualificados na área científica e tecnológica e atraiam doutores formados e em atuação em outros países.